PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
PROCESSO LEGISLATIVO

OFICIO Nº 036 /2017-PL Anápolis, 31 de AGOSTO de 2017.

Exmo. Senhor
Vereador Amilton Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA:

Senhor Presidente,

Estou encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação, o incluso Projeto de Lei nº 009 /2017, que "Dispõe sobre o PPA – Plano Plurianual para os exercícios Financeiros de 2018 a 2021", apresentando para tanto as seguintes

JUSTIFICATIVAS

O projeto de Lei incluso que estamos encaminhando a essa Colenda Casa de Leis, para apreciação e deliberação, dispõe sobre a proposta para PPA – Plano Plurianual para viger no exercício de 2018 a 2021, elaborado com a participação da comunidade desta cidade e em obediência a legislação aplicável à espécie, teve como princípio fundamental à previsão de recursos e inclusão de programa e ações, que após serem executadas, podem vir a melhorar as condições de vida dos cidadãos, bem assim a garantir o desenvolvimento econômico do Município, visando o crescimento do emprego, da produtividade e do bem estar social.

Cumpre-nos ressaltar, ainda, que a fixação do seu valor teve como parâmetro o crescimento da receita nos últimos três exercícios encerrados, ou seja, os de 2014, 2015 e 2016 bem como a previsão da receita a ser implementada no exercício de 2017, para se obter o seu índice real e mais 5,1% ao ano de 2018 e 4,5% aos anos de 2019 a 2021, para se chegar aos valores previstos.

Constam também projetos de importância significativa para varias modalidades de convênios que o Município irá pretender junto aos órgãos Estaduais e Federais, visando o bem estar social, o crescimento econômico regional, bem como a realização de obras nas áreas de educação, saúde e de infra-estrutura urbana.

Sendo assim, na certeza de estar encaminhando propositura devidamente adequada às exigências legais, envio o presente Projeto de Lei, solicitando que o mesmo seja apreciado e aprovado por Vossa Excelência e dignos pares.

Atenciosamente,

Roberto Naves e Siqueira
PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Anápolis
Depto. Protocolo
Recebi em 31/08/17
Hora 16:01
Rogério Ribeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
PROCESSO LEGISLATIVO

PROTOCOLO Nº 127
Data 04/09/17 08:15 Horas
Serviço de Expediente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 009 , DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS,** Estado de Goiás, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Esta Lei Complementar institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, na conformidade dos seus Anexos, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 2º - Os programas, no âmbito da Administração Pública Municipal, como instrumento de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual, instituídos por esta Lei Complementar.

Art. 3º - As codificações de programa e ações deste plano deverão ser observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e nos projetos que os modifiquem.

Art. 4º - Os valores consignados no Plano Plurianual são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e nos seus créditos adicionais.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas

Art. 6º - A exclusão ou alteração dos programas constantes desta Lei Complementar ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão global ou mediante leis específicas, observado o disposto nos artigos 6º e 7º desta Lei Complementar.

§ 1º - O projeto conterá, no mínimo, na hipótese de:

I – inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema a ser enfrentado ou sobre a demanda da sociedade que imponha o atendimento com o programa proposto;

b) identificação de seu alinhamento com os macroobjetivos e de sua contribuição para a consecução dos dasafios definidos no Plano Plurianual;

c) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.

II – alteração ou exlusão de programa, exposição das razões que motivaram a proposta.

§ 2º - Considera-se alteração de programa:

I – adequação de denominação, adequação do objetivo, modificação do público-alvo e modificação dos indicadores e índices;

II – a inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III – a alteração de título de ação orçamentária do produto, da unidade de medida do tipo, das metas e custos;

Art. 7º - A inclusão de ações nos programas do Plano Plurianual poderá ocorrer também por intermédio das leis orçamentárias e de abertura de seus créditos especiais, nos seguintes casos:

I – desmembramento ou aglutinação de uma ou mais ações de finalidades semelhantes, classificadas como atividade ou operação especial e integrantes do mesmo programa:

II – novas atividades e operações especiais, desde que as despesas delas decorrentes, para o exercício e para os dois anos subseqüentes, tenham sido previamente definidas em leis específicas, em consonância com o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único – Na hipótese de ocorrência do disposto no inciso I deste artigo, as ações resultantes receberão novo código, exceto quando se tratar de ação com código padronizado.

Art. 8º As alterações de título, produto e unidade de medida de ação orçamentária, que não impliquem modificação de sua finalidade e objeto, mantido o respectivo código, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e seus adicionais.

Art. 9º - A data de início da execução dos projetos novos poderá ser ajustada por ato específico do órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento, em função da disponibilidade de recursos, observando-se o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000.

Art. 10º - Ocorrendo alteração global, o Poder Executivo publicará, no prazo de até 60 (sessenta) dias, o Plano atualizado, incorporando os ajustes das metas físicas aos valores das ações estabelecidas e os programas e ações não-orçamentárias.

Art. 11º - O Plano Plurianual e seus programas poderão ser anualmente avaliados.

Parágrafo único – Para atendimento ao disposto neste artigo, o Poder Executivo instituirá sistema de avaliação do Plano Plurianual, sob a coordenação do órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento e Controladoria Geral do Município.

Art. 12º - O Poder Executivo poderá firmar compromissos, com a União e com Estado, com vistas à execução do Plano Plurianual e de seus programas.

Art. 13º - As metas e prioridades da administração pública municipal, para o exercício de 2018, são as constantes das metas e prioridades definidas nesta Lei Complementar para o exercício de 2018 a 2021.

Art. 14º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações as quais concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando a solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II – programa finalístico: aquele que resulta em bens e serviços de interesse direto e imediato da sociedade;

III – programa de gestão de políticas públicas: aquele que abrange as ações de gestão de governo;

IV – programa de apoio administrativo: aquele que corresponde ao conjunto de despesas de natureza administrativa e outras, não passíveis de apropriação nos programas finalísticos, mas asseguram aos órgãos governamentais os meios necessários à sua implementação;

V – ação, o instrumento de programa para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, das quais resulta um produto, sendo classificada de:

a) projeto, quando o produto concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

b) atividade, quando resulta em produto necessário à manutenção da ação governamental;

VI – outras ações: aquelas que contribuem para a concepção dos objetivos de um programa, porém não demandam recursos dos orçamentos do município;

VII – produto: o bem ou serviço que resulta de uma ação, destinado a um público-alvo;

VIII – meta: a quantidade do produto que se deseja obter, expressa na unidade de medida apropriada.

Art. 15º A programação constante do PPA deverá ser financiada pelos recursos do município, acrescidos de outros oriundos de parcerias com a União, Estado, organizações não governamentais e, ainda, pela participação do setor privado.

Art. 16º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Anápolis, 31 de AGOSTO de 2017.

Roberto Naves e Siqueira
PREFEITO MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

Igo dos Santos Nascimento
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO,
PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA

Antônio Heli de Oliveira
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO